



MANIFESTO

Isonomia: por uma só Caixa para todos os empregados

A igualdade de direitos entre todos os empregados da Caixa representa a reparação de uma injustiça histórica. Hoje, na empresa, há trabalhadores de duas classes desempenhando os mesmos papéis. Mais do que inaceitável em um banco essencial para o país, parceiro estratégico na execução de políticas públicas, a prática fere o artigo 5º da Constituição Federal, que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

No caso dos bancos públicos federais, a diferenciação entre empregados foi introduzida por resoluções publicadas em 1995 e 1996 pelo Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE/DEST), sob administração do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, José Serra. Assim, os que ingressaram na Caixa, Banco do Brasil, BNB, Basa e Casa da Moeda perderam direitos e foram enquadrados em tabelas salariais achatadas.

Na época, durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a proposta era a de reduzir a participação do Estado, com a privatização dos bancos públicos. A Caixa, por exemplo, passou por um processo acelerado de desmonte. O modelo de gestão na empresa foi ditado por medidas como demissão de empregados pela RH 008, implantação de três PADVs, flexibilização da jornada, reajuste zero, discriminação aos aposentados e ataque às entidades de representação dos bancários.

Desde então, a isonomia é uma das reivindicações do movimento nacional dos empregados da Caixa, que tem adotado iniciativas com o propósito de intensificar a mobilização em torno do assunto. São ações como campanha nacional, abaixo-assinados, visitas aos gabinetes de parlamentares e pressão junto aos órgãos governamentais.

A partir de 2003, com um governo que não tinha como foco as privatizações e graças à luta dos empregados, por meio de mobilizações e greves, muitos direitos foram reconquistados. Entre eles, concessão do gozo de Apips, parcelamento de férias, Saúde Caixa com contribuição de 2% sobre a remuneração, possibilidade de acúmulo e conversão de Apips, Novo Plano na Funcef, ampliação do reembolso do adiantamento das férias em 10 parcelas e unificação das tabelas dos PCS 89 e 98. O foco agora é lutar pela licença-prêmio de 18 dias por ano e Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

O III Encontro Nacional de Isonomia, realizado no dia 30 de agosto, em Brasília (DF), foi mais um passo na luta dos empregados da Caixa pela igualdade de direitos. Na ocasião, 110 delegados, de todo o país, deliberaram sobre estratégias de mobilização. Entre as resoluções, destacam-se: criar calendário permanente de luta; pressionar o Congresso pela aprovação do Projeto de Lei nº 6259/2005, o PL da Isonomia; e estabelecer 11 de setembro de 2014 como Dia Nacional de Luta por Isonomia. A proposta é que, nesta data, as entidades organizem atividades cobrando o atendimento da reivindicação.

É hora de intensificar mobilização! O aviltamento dos direitos dos empregados é um ataque a toda a categoria. A luta é de todos! A precarização de condições para os novos ingressantes representa a deterioração das relações de trabalho e pode indicar o caminho para perdas futuras entre bancários de instituições públicas. É urgente acabar com esse resquício neoliberal, fruto do ataque de um projeto de governo que quase acabou com a Caixa Econômica Federal.

**Comissão Executiva dos Empregados da Caixa
CEE/Caixa-Contraf/CUT**